



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS COLORADO DO OESTE
CURSO GESTÃO PÚBLICA

**FABÍOLA DA SILVA GONÇALVES
GICELI DE LIMA GINIESCKI**

**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
O trabalho do gestor escolar frente a educação inclusiva.**

COLORADO DO OESTE

2024



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS COLORADO DO OESTE
CURSO GESTÃO PÚBLICA

FABÍOLA DA SILVA GONÇALVES
GICELI DE LIMA GINIESCKI

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O
trabalho do gestor escolar frente a educação inclusiva.

Artigo Científico apresentado ao curso Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) - *Campus* Colorado do Oeste, como requisito parcial para obtenção do Título de Gestor Público.

Orientador: Prof. Me. Jackson Éder Goetz.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *Campus* Colorado do Oeste, como parte das exigências para obtenção do título de Gestor Público.

Autor: Fabíola da Silva Gonçalves
Giceli de Lima Giniescki

Orientador: Prof^o Me. Jackson Éder Goetz

Situação: (x) Aprovado () Reprovado

Aprovado em: 14 / 11 / 2024

Prof^o Me. Jackson Éder Goetz
Orientador(a)

Prof. Me. Jackson Eduardo Gonçalves
Avaliador Interno

Prof^o Dr^o Valdeson Amaro Lima Avaliador
Interno

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Gonçalves, Fabíola da Silva.

Desafios e estratégias na implementação da educação inclusiva: O trabalho do gestor escolar frente a educação inclusiva. / Fabíola da Silva Gonçalves, Giceli de Lima Giniescki, Colorado do Oeste-RO, 2024.
24 f.

Orientador(a): Me. Jackson Eder Goetz.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Colorado do Oeste-RO, 2024.

1. Gestor. 2. Inclusão. 3. Desafio. 4. Estratégias. I. Giniescki, Giceli de Lima. II. Goetz, Jackson Eder (orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Juliana Machado da Silva Sasset, CRB-11/1140 (Campus Colorado do Oeste)

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O trabalho do gestor escolar frente a educação inclusiva.

GONÇALVES, Fabíola da Silva¹
GINIESCKI, Giceli de Lima²
GOETZ, Jackson Éder³

RESUMO

O gestor escolar desempenha um papel de liderança na instituição educacional, é uma das principais figuras responsáveis pela administração e pela implementação das diretrizes legais que regem a educação no Brasil. Considerando o gestor escolar como um líder mediador e responsável em garantir a educação em todos seus aspectos o presente artigo tem como principal objetivo identificar quais desafios que o gestor escolar pode encontrar na consolidação do seu trabalho numa perspectiva inclusiva, assim como apresentar legislações que versam sobre a educação inclusiva e identificar na literatura as principais estratégias para a sua consolidação. A presente pesquisa se caracteriza como bibliográfica pois utilizou-se de literaturas publicadas como livros, legislações, artigos publicados sobre a temática estudada com uma abordagem qualitativa e do tipo descritiva. Ao confrontar tais referências com a realidade escolar percebeuse quão desafiador é o trabalho do gestor pois compreendeu-se que vai além de legislações, projetos ou adaptações. Na prática, o gestor precisa lidar com uma série de questões complexas que envolvem a integração de diversos membros da comunidade escolar, a mudança de mentalidades e a criação de um ambiente inclusivo que favoreça o aprendizado de todos os estudantes.

Palavras-chaves: gestor. inclusão. educação. desafio. estratégias.

¹ Acadêmica em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - campus Colorado Do Oeste. E Mail: fabiolagoncalves741@gmail.com

² Acadêmica em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - campus Colorado Do Oeste. E Mail: Giniescki87@gmail.com

³ Professor Orientador. Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará – UFC e Professor Mediador do IFRO campus Colorado do Oeste. Contato: mediadorgp2022.colorado@ifro.edu.br

CHALLENGES AND STRATEGIES IN IMPLEMENTING INCLUSIVE EDUCATION: The role of the school administrator in facing inclusive education

ABSTRACT

The school manager plays a leadership role within the educational institution and is one of the key figures responsible for the administration and implementation of the legal guidelines that govern education in Brazil. Considering the school manager as a mediator and leader responsible for ensuring education in all its aspects, the main objective of this article is to identify the challenges that the school manager may face in consolidating their work from an inclusive perspective, as well as to present legislation related to inclusive education and identify key strategies for its consolidation in the literature. This research is characterized as bibliographic, as it draws on published literature, including books, legislation, and articles on the subject, with a qualitative and descriptive approach. By confronting these references with the reality of schools, it became evident how challenging the work of the manager is, as it was understood that the role goes beyond legislation, projects, or adaptations. In practice, the manager must address a series of complex issues, including integrating various members of the school community, changing mindsets, and creating an inclusive environment that promotes the learning of all students.

KEYWORDS: Manager. Inclusion. Education. challenge.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão é um tema bastante discutido na contemporaneidade principalmente no contexto escolar. Uma sociedade democrática deve dialogar sobre esse assunto e lutar de forma igualitária para que todos sejam incluídos e recebam condições apropriadas para se desenvolver.

A gestão da educação acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive e principalmente na sala de aula, onde se objetiva o projeto político-pedagógico. Ali ocorre não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões, para aplicabilidade de novas políticas educacionais. (Silva, 2014).

No que diz respeito às leis, a Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura a inclusão de pessoas com deficiência fundamentada em princípios legais. Ainda temos uma lei própria para tratar desse assunto que é o estatuto da pessoa com deficiência, Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que em seu artigo 27 fala que a pessoa com deficiência deve alcançar o máximo de desenvolvimento possível e que é dever do Estado, da família e da comunidade escolar assegurar uma educação de qualidade à pessoa com deficiência. A lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que trata sobre a educação ressalta que o ensino deve ser com base nos princípios de igualdade de condições para frequentar e permanecer na escola bem como liberdade de aprender e pluralismo de ideias.

Considerando o gestor como liderança principal no contexto escolar, cabe a ele articular e criar condições de assegurar essa educação de qualidade. O gestor escolar tem ainda em suas mãos a responsabilidade de construir um projeto próprio da escola que atenda a clientela escolar e que esteja em consonância com as leis, pois de acordo com o inciso III, artigo 27 do estatuto da pessoa com deficiência ressalta que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola deve visar serviços, adaptações razoáveis para atender as características dos estudantes com deficiência e ainda garantir sua autonomia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu capítulo V que trata da educação especial, no art. 59 ressalta que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, recursos educativos entre outros a fim de garantir o desenvolvimento acadêmico do educando. Sendo assim ao reconhecer o gestor escolar como uma liderança que intermedia e faz o acontecer no chão da escola, cabe a ele fomentar essa causa. Nesta perspectiva a inclusão vai além das leis propriamente elaboradas, pois é na prática das leis que se observa o acontecer das mesmas.

Nos últimos tempos observaram-se grandes avanços nas legislações que tratam desse tema, na formação de profissionais e nas adaptações quantos aos espaços escolares com mais acessibilidades.

Neste sentido essa temática é um tema necessário nos dias atuais o qual não deve mais ser tratado como outrora, ou seja, camuflado, segregado, ignorado entre outros. Portanto a Universidade possibilita que pesquisamos esse assunto trazendo a reflexão sobre a responsabilidade do gestor escolar em propiciar aos estudantes mecanismos de inclusão. Esta pesquisa é realizada de maneira bibliográfica e busca identificar na literatura e na legislação os principais obstáculos que o gestor escolar pode encontrar para garantir a educação inclusiva.

Neste contexto surge a seguinte indagação: Quais são os principais desafios enfrentados pelos gestores escolares na implementação efetiva de práticas de educação inclusiva? Para responder este questionamento a pesquisa tem como objetivo geral identificar quais desafios o gestor escolar pode encontrar na consolidação do seu trabalho numa perspectiva da educação inclusiva e para atingir este objetivo geral a pesquisa apresenta os seguintes objetivos específicos: apresentar as principais legislações que versam sobre a educação inclusiva, pesquisar e identificar na literatura estratégias para a sua consolidação, investigar as principais dificuldades enfrentadas pelos gestores escolares na implementação de políticas inclusivas e apontar saídas ao gestor .

Esta pesquisa é justificada pela relevância do tema na promoção da educação inclusiva e na oferta de uma visão abrangente aos gestores sobre sua implantação. Sobre as características de uma gestão Silva (2014), ressalta que a gestão é um instrumento a serviço da melhoria da qualidade do ensino. Na verdade, a gestão da educação deve ser comprometida com várias demandas atuais que possam contribuir com políticas públicas e tomadas de decisões. O objetivo maior da gestão segundo Silva (2014), consiste na garantia do processo de formação humana que deve resultar na construção de um cidadão consciente, justo e solidário.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fundamentos da educação inclusiva: conceitos e princípios

A educação inclusiva social de pessoas com algum tipo de deficiência é um tema bastante discutido e necessário nos dias atuais devido à grande demanda de lutar por direitos iguais em todas as esferas. Entende-se que o desenvolvimento de uma educação inclusiva implica em grandes mudanças organizacionais e funcionais, assim como em diferentes níveis do sistema educacional, na articulação dos agentes educativos, na gestão da sala de aula e do currículo e do próprio processo de ensino aprendizagem e, por isso mesmo, pode também originar resistências e medos, que inibem a ocorrência dessas mudanças. Dessa forma compreendesse o gestor escolar como líder na articulação de todos esses meios para que assim aconteça.

O processo de inclusão nas escolas regulares de ensino no Brasil teve início na década de 1990, consolidando-se com a criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, em 1996. Neste período já havia a declaração de Salamanca (1994), que ocorreu na Espanha na qual foi ampliado o conceito de Necessidades Educacionais Especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja qual for o motivo. Sendo assim a ideia de “Necessidades Educacionais Especiais” passou a incluir, além das crianças com deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola.

Cabe reforçar a importância do contexto escolar, pelo qual é por meio dele que o indivíduo recebe instruções de como ser um cidadão atuante e participativo, aprendendo a respeitar e conviver com as diferenças.

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa auto-estima resultante da exclusão escolar e da social — alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. Esses alunos são sobejamente conhecidos das escolas, pois repetem as suas séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como mal nascidos e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal. (MANTOAN, 2003 p.18).

Em uma sociedade democrática é fundamental que todos os seres humanos possam de forma igualitária receber condições apropriadas para se desenvolver gradativamente. Uma vez que perante a lei que foi criada exclusiva para a educação a LDB título III, art 4º e parágrafo III trata do direito a educação e do dever do estado para com aqueles alunos com necessidades especiais os quais devem ser atendidos preferencialmente na rede regular de ensino.

Sendo assim, não é justo alguns se sobressair perante outros por causa de negligência na questão da administração dos recursos públicos acarretando má distribuição de recursos. Como se trata de um tema necessário aos dias atuais o qual não deve mais ser tratado como outrora, ou seja, camuflado, segregado, ignorado entre outros, cabe às cidadoadas participativas dialogar de forma geral, propor e exigir que seus direitos sejam respeitados.

Durante muito tempo a sociedade de forma geral desenvolvia formas de exclusão, abandono e segregação. Em meados do século XIX inicia uma articulação por uma política voltada a Educação Especial. É nessa época que surgem instituições como a sociedade Pestalozzi do Brasil e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Segundo Santana (2020), a predominância dessas associações aconteceu devido o despreparo da escola pública para atender aos alunos com necessidades especiais.

Na década de 1930 se iniciou efetivamente a educação escolar das pessoas com necessidades especiais. Em 1954 surge a primeira APAE –por coincidência ou não este ano completando 70 anos de existência. Elas acabaram se fortalecendo no Brasil devido ao despreparo da escola pública para atender as necessidades individuais dos alunos deficientes. Com apoio governamental e sobretudo da comunidade, estas instituições passaram difundir metodologias e materiais educacionais específicos.

Em 1994 foi elaborada a Declaração de Salamanca com o objetivo de reforçar a ideia de educar para todos. Assim orientar organizações e governos em suas práticas propondo dentre outros aspectos que, as escolas acolhessem tanto as crianças com deficiências quanto as outras consideradas normais. O maior objetivo da declaração foi definir a política para inspirar a ação dos governos de organizações internacionais e nacionais de ajuda, de organizações não governamentais e de outros organismos na aplicação da Declaração de princípios, política e prática para necessidades educativas especiais.

Sendo assim até os dias atuais foram várias leis, decretos, resoluções, declarações, portarias e programas foram criados até então muitos documentos a fim de proporcionar uma inclusão em seus mais variados aspectos.

2.2 Legislação e políticas públicas sobre educação inclusiva

O trabalho do gestor escolar frente a realidade da escola carece de articular e subsidiar várias demandas sociais, segundo Silva 2014 entende-se ainda que a gestão tem a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas funções e desempenhar seu papel. Analisando esta afirmação compreende ser uma tarefa árdua a do gestor, pois impulsionar significa motivar, incentivar e estimular uma equipe escolar, suas várias dimensões e ainda a clientela da comunidade escolar com seu jeito peculiar de ser. Silva ressalta que;

Em síntese, o diretor gestará a escola, por meio do exercício da função para o qual foi eleito, portanto deverá prestar contas de suas ações, conforme legislação vigente. A importância que o gestor possui em relação as políticas educacionais, que são políticas públicas oriundas de um contexto histórico, político, econômico, cultural, entre outros, sua efetivação dará a partir de tensões, dificuldades e possibilidades intrínsecas a um processo democrático. (Silva,2014,p.78)

Uma gestão escolar está frente ao processo de inclusão no ambiente escolar, nas práticas pedagógicas, no acolhimento e convivência com as famílias, construindo relações de respeito e colaboração mutua de diálogo e participação. Contudo, sem reforçar as demarcações, as atitudes de preconceitos ou atitudes desencadeadoras de rotulações, preconceitos e exclusões.

O gestor escolar deve estar atento e promover um clima receptivo de acolhida não só quando recebe estudantes com deficiência, para que não gere exclusão por parte de alunos que possam se sentir menosprezado. É interessante todos serem incluídos e fazer do ambiente escolar um ambiente de respeito as diferenças e colaboração entre ambos. Pressupõe utilizar um diálogo com as famílias, adaptações ambientais, curriculares e metodológicas para o desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem.

Entretanto, essa tarefa não é fácil, pois é necessário comprometimento por parte de todos os envolvidos para que haja inclusão escolar, gestores, professores, alunos, pais, comunidade, enfim, todos que participem da vida escolar direta ou indiretamente. No próximo capítulo abordaremos algumas legislações que regem a temática. São muitas as leis já criadas e a luta continua até os dias atuais ainda, esteja atento para acompanhar a importância e o que dizem tais leis.

A lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 trata exclusivamente da educação em todos os seus aspectos. Em seu artigo primeiro fala sobre como a educação se desenvolve.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (Brasil,1996).

No título II, artigo 2º a referida lei trata sobre os princípios e fins da educação.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Esse artigo da referida lei ressalta de quem é o dever de educar o cidadão. Quando observamos algumas situações que ocorrem em vários ambientes sociais cito exemplos de discriminações raciais, bullying, causas na justiça para alcançar os direitos já garantidos, evasão escolar entre outros. Nesta hora refletir sobre quem está faltando com seu dever de educar, qual das partes pode estar negligenciando suas responsabilidades. A família e o estado sendo os principais responsáveis deveriam estar fundamentados na lei e cumprir sua parte na tarefa de educar.

O que observamos ainda é de um lado a instituição escolar cada vez mais sob carregada diante das demandas sociais que vão aumentando ao longo do tempo e, contudo, pode causar um colapso na instituição escolar.

Os princípios de liberdade e ideais de solidariedade nos remete a valores humanos os quais pode-se compreender que vão além de construção de rampas, lugares acessíveis ou exclusivos preparação de materiais adaptados. Entretanto a finalidade da educação é proporcionar um pleno desenvolvimento nos seres humanos. Cabe ao gestor escolar, estar ciente de suas funções frente aos desafios de uma educação inclusiva procurando melhorar estruturas físicas e pedagógicas de acordo com as especificidades apontadas para as realidades do contexto inclusivo. Silva (2014) ressalta que a escola de hoje precisa atender as novas exigências tecnológicas, étnicas, ecológicas, a diversidade cultural e todas as diversidades contemporâneas.

O artigo terceiro se refere ao ensino como será ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o frequentar e permanecer na escola.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - Pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Observando o artigo terceiro o qual se refere sobre como o ensino será ministrado o qual fala sobre princípios de: igualdade de condições. Dessa forma qual deve ser árdua a luta no chão da escola uma vez que a escola recebe estudantes oriundos de diversas realidades sociais, como ministrar os conteúdos de maneira que todos possam se desenvolver e ter progresso nos estudos.

A liberdade, pluralismo de ideias, respeito a liberdade também são princípios norteadores que orientam a realidade sobre o ensino. Sendo assim o gestor deve considerar esses princípios e procurar realizar uma gestão democrática com toda comunidade escolar.

Outro documento fundamental que trata especificamente da criança e do adolescente sobre seus direitos é “O estatuto da criança e do adolescente”, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu artigo 53 trata

Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer art. 53. a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; -II direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência. parágrafo único. é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (DOU 16.07.90)

A lei de nº 13.146 de 06 de julho de 2015, o estatuto da pessoa com deficiência e o direito a educação em seu capítulo IV art. 27 trata do direito a educação para as pessoas com deficiência.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (Brasil,2015)

O autismo também é um transtorno neurológico que teve seu histórico de adaptações e reconhecimento ao longo da história e com acontecimentos bem recentes. A Lei 13.977, conhecida como Lei Romero Mion entra em vigor por exemplo no ano 2020. Cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), emitida de forma gratuita, sob responsabilidade de estados e municípios. O documento é um substituto para o atestado médico e tem o papel de facilitar o acesso a direitos previstos na Lei Berenice Piana. Mais recente ainda no ano 2022 surge a nova versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, a CDI 11, o que foi proposto no DSM-V, e passa a adotar a nomenclatura Transtorno do Espectro do Autismo para englobar todos os diagnósticos anteriormente classificados como Transtorno Global do Desenvolvimento.

3.0 Desafios na implementação da educação inclusiva no contexto escolar

Diante das leis observadas e na observação de como ainda a sociedade está, cabe nos questionar sobre algo que ainda falta como um intermédio para que a inclusão aconteça realmente.

Embora a inclusão seja uma prática recente e ainda incipiente nas nossas escolas, para que possamos entendê-la com maior rigor e precisão, considero-a suficiente para questionar que ética ilumina as nossas ações na direção de uma escola para todos. Ou, mais precisamente: as propostas e políticas educacionais que proclamam a inclusão estão realmente considerando as diferenças na escola, ou seja, alunos com deficiências e todos os demais excluídos e que são as sementes da sua transformação? Essas propostas reconhecem e valorizam as diferenças como condição para que haja avanço, mudanças, desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação escolar? (Mantoan, 2003. pag.19)

É notório os avanços ao longo da história pela causa da inclusão. Porém é na prática diante da realidade escolar onde deve frequentar os principais beneficiários com tal leis. A realidade de cada comunidade escolar tem suas especificidades e pode ser um desafio ao gestor no que se refere liderar um trabalho em que requer articulações de como fazer em consonância com as legislações.

Além disso a escola de hoje precisa atender as novas exigências tecnológicas, éticas, ecológicas, a rápida informação, a diversidade cultural, enfim, todas as diversidades postam pela realidade contemporâneas. (Silva,2014p.114).

Hoje já se fala em tecnologias assistivas que é um grande avanço na questão de recursos tecnológicos e ainda materiais específicos para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Ainda a escola deve contar com o apoio do atendimento educacional especializado, que ajudará os professores na identificação dos recursos necessários e ainda sala de AEE que são atendimento educacional especializado o qual o estudante tem direito de ser atendido no contra turno.

Com relação a formação de professores observe-se que o poder público tem disponibilizado várias plataformas de estudos com vários cursos de especialização e cursos técnicos na área da inclusão tem sido ofertado à população bem como aos profissionais da educação. Segundo Silva 2014.

O gestor escolar democrático deve reestruturar seu projeto e sua execução, reexaminar as práticas de desenvolvimento de pessoal que envolve sua escola. Com isso, aumentará o potencial real para o crescimento profissional dos professores em relação ao desenvolvimento pessoal. Também a contribuição que o crescimento profissional trará, será refletido na melhoria da qualidade do ensino na escola. (Silva 2014, p. 213).

Observasse quão árduo deve ser o trabalho do gestor no que tange a qualidade da educação na questão de pôr em prática as mais variadas demandas. De acordo com Silva 2014 é preciso ressaltar ainda que a sociedade apresenta indícios preocupante no que diz respeito aos direitos humanos, meio ambiente, discriminação intolerância entre outros problemas que afligem os cidadãos.

Percebesse-se no convívio social uma decadência nos valores éticos os quais na medida que passa o tempo aumenta as estatísticas de discriminação e conseqüentemente as violências. Esse mal também é um problema da escola, pois cada espaço social deve contribuir com a construção de valores éticos. A respeito desse assunto Mantoan 2003 alerta que.

Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são, do meu ponto de vista, grandes barreiras a serem enfrentadas pelos que defendem a inclusão escolar, fazendo retroceder, por sua vez, as iniciativas que visam à adoção de posições inovadoras para a educação de alunos em geral. Estamos diante de avanços, mas de muitos impasses da legislação. (Mantoan 2003 p. 22).

A inclusão realmente é um desafio pois implica em maneira de pensar e ser diferente da que estamos acostumados. A mudança de conceitos é algo muito difícil e desafiador. Confrontar as práticas de preconceitos e exclusão e criar meios de supera-las com a conscientização e participação de todos envolvidos.

4.0 Estratégias e práticas eficazes para a inclusão educacional

Coordenar uma equipe com o propósito de mudanças com os propósitos de ressignificar, transformar, inovar a partir de novos conceitos não é tarefa fácil pois a mudança deve acontecer em vários aspectos. Nesta perspectiva Mantoan, 2003 ressalta como deveria ser a mudança da escola.

A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas. Com tudo isso, quero dizer que uma escola para todos não desconhece os conteúdos acadêmicos, não menospreza o conhecimento científico, sistematizado, mas também não se restringe a instruir os alunos, a “dominá-los” a todo o custo. (Mantoan, 2003 p.9)

Para melhorar a qualidade do ensino e para se conseguir trabalhar com as diferenças nas salas de aula é preciso que enfrentemos os desafios da inclusão escolar, sem fugir das causas do fracasso e da exclusão desconsiderando as soluções paliativas, sugeridas para esse fim. As medidas comumente indicadas para combater a exclusão não promovem mudanças e visam mais neutralizar os desequilíbrios criados pela heterogeneidade das turmas do que potencializá-los, até que se tornem insustentáveis, obrigando as escolas a buscar novos caminhos educacionais, que, de fato, atendam à pluralidade do coletivo escolar. (EDUFBA, p. 84 2009).

Desafios é algo que requer habilidades cognitivas para superar. Entretanto para que a finalidade tão almejada da educação aconteça de fato o gestor é um dos responsáveis e deve realizar seu trabalho pautado em uma gestão democrática, impulsionando todos os envolvidos no processo de inclusão integrado ao ensino aprendizagem, realizem um trabalho objetivando a transformação da escola: sendo não somente um ambiente , mas também um lugar onde todos compreendam as necessidades específicas de cada um, tendo “empatia”, ou seja, a capacidade de se colocar no lugar do outro. (MACEDO, 2010)

É preciso que todos os gestores tenham consciência de que a escola só será acolhedora a partir de um processo educativo comprometido com a inclusão, especificamente dos alunos com necessidades educativas especiais, tornando-se uma escola aberta e sua gestão verdadeiramente democrática. Ainda sobre o trabalho da gestão em realizar o trabalho da inclusão

A gestão para inclusão pressupõe um trabalho competente, à luz de um paradigma dinâmico, mobilizador da sociedade e responsável pela transformação dos sistemas educacionais, contribuindo para melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem e apontando respostas para aqueles grupos que têm sido mais excluídos do processo educacional.(Dutra e Griboski 2005, p. 13).

De acordo com o documento, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Versão preliminar, 2007 é realizar o atendimento educacional especializado, a organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras e possibilitem o acesso ao currículo, à comunicação e aos espaços físicos, conforme as necessidades de cada aluno.

Assim, a escola poderá se transformar num espaço significativo de aprendizagem com práticas pedagógicas que valorizem o desenvolvimento emocional, intelectual e social de todos os alunos. Ainda desenvolverá seu potencial crítico e criativo, proporcionando que estes construam conhecimentos relacionados às situações vividas no cotidiano escolar e familiar e os saberes da comunidade.

Para isso, há necessidade de flexibilização curricular.

A educação inclusiva constitui uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os alunos de compartilhar um mesmo espaço escolar, sem discriminações de qualquer natureza. Promove a igualdade e valoriza as diferenças na organização de um currículo que favoreça a aprendizagem de todos os alunos e que estimule transformações pedagógicas das escolas, visando à atualização de suas práticas como meio de atender às necessidades dos alunos durante o percurso educacional. Compreende uma inovação educacional, ao romper com paradigmas que sustentam a maneira excludente de ensinar e ao propor a emancipação, como ponto de partida de todo processo educacional. (BRASIL, 2007, p. 14).

Nesta perspectiva compreendesse que não é algo impossível porem, é desafiador o trabalho do gestor em conduzir todas essas demandas articulando com a realidade.

Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. (Mantoan 2003 p. 20)

Ainda a respeito de formar gerações para viver em plenitude Mantoan ressalta que

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos. (Mantoan 2003 p. 30).

O gestor escolar tem em suas mãos a responsabilidade de mobilizar famílias, a redes, articular, e propor meios para que aconteça realmente uma verdadeira inclusão sendo uma tarefa de todos intermediada e influenciada pelo gestor escolar.

Cabe a ele envolver toda comunidade escolar para que a escola seja realmente um ambiente de inclusão e não apenas de faz conta, compreender a inclusão numa perspectiva humana de forma natural de conviver. Inclusão neste sentido implica uma reestruturação do projeto da escola, mudança de valores e do próprio currículo.

Compreende-se que a inclusão vai além das leis propriamente elaboradas, entretanto é na prática das leis que veremos acontecer. A inclusão é um desafio pois implica em maneira de pensar e ser diferente daquela que estamos acostumados, mudança de conceitos é algo considerado desafiador. É necessário confrontar as práticas de preconceitos e exclusão, criar meios de supera-las com a conscientização e participação de todos envolvidos. Compreendesse ainda que a inclusão implica em maneira de pensar e ser diferente daquela que estamos acostumados.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa surgiu do interesse em compreender como a inclusão de pessoas com deficiência ocorre no ambiente escolar, considerando o papel do gestor escolar com avanço da legislação sobre o tema.

Para fomentar a pesquisa desenvolvida, foi necessário buscar diversos conteúdos em livros, teses, dissertações, artigos e a legislação que remete a temática em evidência. Assim, a pesquisa possui caráter descritivo, com delineamento bibliográfico com a abordagem qualitativa segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 136), “a pesquisa qualitativa tem como preocupação central, descrições, compreensões e interpretações dos fatos, ao invés de medições”.

A seleção dos artigos, teses e dissertações foi baseado em critérios específicos, incluindo a relevância para o nosso tema de pesquisa com a utilização da seguintes palavras – chaves: “leis que regem a inclusão”, gestão escolar e os desafios da inclusão, inclusão escolar como fazer na pratica, quais desafios o gestor escolar encontra ao implantar uma pratica inclusiva, como a escola deve fazer para garantir uma educação inclusiva, “gestão escolar”, “inclusão escolar”, “como a escola deve agir perante a inclusão” , a inclusão e os desafios na pratica escolar”. Após o levantamento bibliográfico os dados foram sintetizados e serão apresentados no capítulo seguinte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao pesquisar sobre a temática, desafios e estratégias na implantação da educação inclusiva, observou-se que é um tema bastante discutido na contemporaneidade principalmente no contexto escolar. Uma sociedade democrática deve dialogar sobre esse assunto e lutar de forma igualitária, para que todos sejam incluídos e recebam condições apropriadas para se desenvolver.

Observando ao longo do tempo muita coisa já foi conquistada com relação as políticas públicas e leis e publicadas, porém não é o bastante, se trata de articulação, estratégias em dar vida a essas leis no cotidiano. É um tema necessário nos dias atuais o qual não deve mais ser tratado como outrora, ou seja, camuflado, segregado, ignorado ou até negligenciado. Pensando dessa forma e como trabalho de conclusão do curso, nasce a inquietação em pesquisarmos esse assunto com foco em descobrir quais desafios o gestor escolar pode encontrar ao implantar uma educação inclusiva.

O processo de inclusão nas escolas regulares de ensino deu início no Brasil na década de 1990 e no ano de 1996 com a criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação -nº 9394/96. Neste período já havia com a Declaração de Salamanca, que ocorreu na Espanha na qual foi ampliado o conceito de Necessidades Educacionais Especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja qual for o motivo.

A lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 trata exclusivamente da educação em todos os seus aspectos. Em seu artigo primeiro fala sobre como a educação se desenvolve.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (Brasil,1996).

No título II, artigo 2º a referida lei trata sobre os princípios e fins da educação

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É possível reconhecer que a implantação de uma educação inclusiva a luz das legislações se torna um grande desafio. É necessário mudanças organizacionais e funcionais, assim como articulação dos agentes educativos envolvidos no processo educativo, na gestão da sala de aula e do currículo, do próprio processo de ensino aprendizagem e, por isso mesmo, pode também originar resistências e medos, que inibem a ocorrência dessas mudanças.

Percebesse que o trabalho do gestor escolar, como líder na articulação de todos esses meios encontra vários desafios. Um dos deles implica em maneira de pensar e fazer diferente saído da nossa zona de conforto confrontando os problemas com as diretrizes vigentes. Outro desafio é mudança de conceitos, é algo que envolve participação social, reflexão, análise e vivências. É necessário confrontar as práticas de preconceitos e exclusão, criar meios para superá-las com a conscientização e participação de todos envolvidos.

Para que os gestores escolares possam implementar a educação inclusiva de forma eficaz em suas unidades de ensino é necessário que conheçam e utilizem diversas estratégias. No quadro a seguir é possível visualizar algumas estratégias que diversos autores utilizam para a implementação da educação inclusiva nas escolas.

Quadro 1 - Estratégias para implementação da educação inclusiva.

Autores	Estratégias
(BRASIL (2007))	1 - A educação inclusiva em uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os alunos; 2 - Compartilhar um mesmo espaço escolar, sem discriminações de qualquer natureza; 3 - Promover a igualdade e valoriza as diferenças na organização de um currículo que favoreça a aprendizagem de todos os alunos; 4 - Transformações pedagógicas das escolas, visando à atualização de suas práticas como meio de atender às necessidades dos alunos durante o percurso educacional.
Silva, (2014)	1 - A autora recomenda uma gestão democrática e reestruturação do seu projeto pedagógico e sua execução; 2 - Reestruturação do projeto político pedagógico; 3 - Práticas de desenvolvimento pessoal que contribuirá no crescimento profissional dos professores que resultará na melhoria do ensino na escola.
Mantoan, (2003)	1 - Formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo; 2 - Exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento do valor das diferenças; 3 - Interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas; 4 - Escola para todos com conteúdo acadêmicos e conhecimento científico, sistematizado, que se preocupa em instruir os alunos e não a “dominá-los” a todo o custo.
(D.O.U, 16.07.90)	1 - Direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho; 2 - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; 3 - Direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; 4 - Direito de organização e participação em entidades estudantis; 4 - Acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência; 5 - Direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Como apresentado no quadro 1, os autores apresentam inúmeras estratégias para que os gestores escolares possam implementar a educação inclusiva em suas unidades. Para Silva (2014), a gestão democrática é relevante nas escolas, pois implica a participação de todos os envolvidos e possibilitando o desenvolvimento de um ambiente escolar mais inclusivo.

Outro ponto abordado pela autora é sobre a reestruturação do projeto pedagógico da escola, de forma que contemple todas as questões a serem trabalhadas afim de garantir a educação inclusiva. Silva (2014), recomenda práticas de desenvolvimento pessoal, isto significa que os tempos mudam, as demandas mudam e os profissionais da educação devem estar sempre atualizando seus conhecimentos o que contribuirá para a melhoria na escola.

A autora Mantoan (2003) mencionada no segundo quadro fala sobre formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo onde o exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças possam caminhar juntos. Ao analisar essa ênfase que a autora faz, observasse um desafio significativo a ser confrontado.

Reintegra ainda sobre a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas, escola para todos com conteúdo que se preocupa em instruir os alunos e não a “dominálos” a todo o custo. Observando a recomendação dessa autora completa o que a autora anterior escreveu sobre formação profissional. É notório que os profissionais contemporâneos se preparem para aprender a lidar com demandas atuais que não podem mais serem tratadas como outrora.

Apresentamos também as principais colocações sobre o estatuto da criança e do adolescente que trata especificamente do direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

A palavra “pleno” significa que o estudante deve se desenvolver plenamente para o exercício da cidadania. Isso nos leva a entender que também se trata de desafio nos dias atuais porem se está na lei é uma tarefa a ser cumprida nas escolas. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; direito de organização e participação em entidades estudantis.

Percebesse quão evidente estão os direitos de uma criança ou adolescente. Cabe a nos questionar o porquê de tanto a palavra “direito” ser mencionada. É notório que não cabe duvida e pudesse reconhecer que devido aos maus tratos no passado hoje não é permitido mais e tal atitudes é inadmissível. A lei ressalta até sobre o direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Neste sentido os autores mencionados anteriormente condizem com essa parte também. Reconhecemos quão importante a proposta pedagógica com a participação dos pais. Sendo assim é uma das estratégias que o gestor pode adotar principalmente no que se refere a inclusão pois as famílias tem muito e podem contribuir. Fazer um diagnóstico socio cultural, levantamento de dados e informações importantes a considerar sobre o estudante e a família em vários aspectos que a escola queira considerar para traçar seus objetivos. É uma ótima sugestão ao gestor no que se refere a estratégias de superação.

No quadro acima destacamos o documento, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva versão preliminar 2007. O referido documento ressalta que educação inclusiva em uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os alunos compartilhar um mesmo espaço escolar, sem discriminações de qualquer natureza.

Dessa forma percebe-se que o documento também ressalta a questão de uma proposta diferente para a educação onde todos devem compartilhar do mesmo espaço sem discriminação promovendo a igualdade e valorizando as diferenças na organização de um currículo que favoreça a aprendizagem de todos os alunos. Observasse a questão do currículo e percebesse que isso tem a ver com a formação de profissionais que as autoras mencionaram sobre considerar questões atuais que são fundamentais para o aprendizado educacional.

Ainda as transformações pedagógicas das escolas, a fim de atender às necessidades dos alunos durante o percurso educacional e romper com paradigmas que sustentam a maneira excludente de ensinar a emancipação, como ponto de partida de todo processo educacional. Essa palavra “transformações” demonstra que algo precisa ser mudado, transformado e que não pode mais continuar como está. Talvez seja esse o desafio transformar um modelo que temos em algo diferente. Desafiador sim, porém não impossível pois as pesquisas realizadas nas literaturas e documentos nos apresentaram várias estratégias de superação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização desta pesquisa, é possível reconhecer que a implantação de uma educação inclusiva ainda é um grande desafio. É necessário mudanças organizacionais e funcionais, assim como articulação dos agentes envolvidos no processo educativo, do currículo, do próprio processo de ensino aprendizagem entretanto percebesse que muitas dessas transformações devem ocorrer primeiramente no âmbito interno da escola, com a reflexão e o compromisso da comunidade escolar. Trata-se de mudança de pensamentos, mudança de conceitos um nova forma de conviver, superando os paradigmas do passado.

O trabalho do gestor escolar, como líder na articulação de todos esses elementos, apresenta vários desafios, pois ele é fundamental em todo esse processo inclusivo, pois implica em uma forma de pensar e agir, saindo da zona de conforto e confrontando os problemas com as diretrizes vigentes. É necessário confrontar as práticas de preconceitos e exclusão, criar meios para superá-las com a conscientização e participação de todos envolvidos.

Diante da pesquisa realizada compreendeu-se que, para os gestores escolares implementar a educação inclusiva de forma eficaz em suas unidades de ensino é necessário que conheçam e utilizem diversas estratégias. Ficou claro que o gestor escolar deve estar atento em promover um clima receptivo de acolhida, é interessante todos serem incluídos e fazer do ambiente escolar um ambiente de respeito as diferenças e colaboração entre ambos. Entretanto, essa tarefa não é fácil, pois é necessário comprometimento por parte de todos os envolvidos para que haja inclusão escolar, a comunidade escolar deve participar da vida escolar direta ou indiretamente.

Ao pensar sobre o tema e pesquisar, encontramos temas parecidos a esse assunto, entretanto já foi tratado outrora e ainda não se esgotou as formas de buscar soluções de superação para o referido tema inclusão. Como sugestão para pesquisas futuras sugere-se falar sobre a burocracia nos dias atuais. Observasse que, hoje o gestor escolar esta diante de muitas demandas contemporâneas que podem talvez sob carregar também a escola e tirar do foco ou se sobressair em algumas dimensões e esquecer outras. Canalizar as burocracias a fim de que o resultado de tudo isso seja um produto bem preparado, seria um aluno aprendendo satisfatoriamente e feliz.

REFERÊNCIAS

Autismo e Realidade. Marcos Históricos. Disponível em <<https://autismoerealidade.org.br/oque-e-o-autismo/marcos-historicos/>> acesso em 16 de junho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação. Brasília. 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> acesso em 27 de jun de 2024.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Educar na diversidade: material de formação docente. **Organização de Cynthia Duk**. Brasília, 2005.

_____, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: 21 de maio de 2024

_____, Lei 13146 . disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/113146.htm> acesso em 10 de junho de 2024.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Declara_o_de_Salamanca_15226886560741_7091.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

DUTRA, Cláudia. P.; GRIBOSKI, Cláudia M. Gestão para Inclusão. **Revista de Educação Especial**, Santa Maria, n. 26, p. 9-17, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2011.

ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**. Proclamada pela Assembléia Geral em 10 de dezembro de 1948.

SILVA, Neuza Maria Néia Pinheiro da. **Gestão Escolar Democrática: o caminho da educação**. Andirá, PR: Gráfica e Editora Godoy, 2014.